

1

Edição
2016.1

JORNAL DA FACCOM

Jornal Laboratório
da Faculdade
de Comunicação
da UFBA

Página 3 a 5

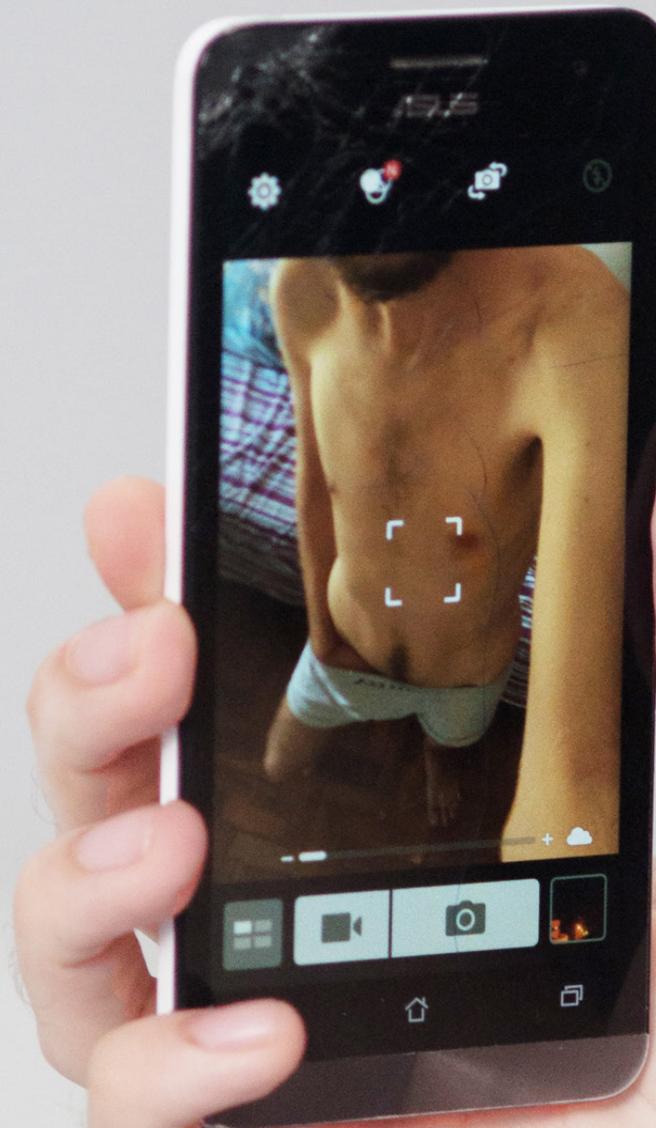
Dez anos da Lei Maria da
Penha, o que mudou?

Página 10 a 13

Cortes no SUS:
Saúde Pública em risco

Páginas 20 a 21

Festas de formatura perdem
espaço para as solenidades



O 'manda nude' e a segurança na rede

Páginas 14 a 17

EDITORIAL

A matéria de capa dessa edição do JF se debruça sobre uma prática cada vez mais comum: a troca de nudes, que torna-se mais recorrente com o uso dos aplicativos para relacionamentos. Ainda sobre nosso uso da internet e das redes sociais, abordamos os cuidados necessários ao copiar dietas e exercícios de instagrammers e youtubers sem formação em educação física ou nutrição.

No atual contexto de cortes de recursos públicos em diversos setores, tratamos da redução orçamentária do SUS. Traduzimos os números e demonstramos como a PEC 241/2016 vai diminuir o acesso da população a serviços de saúde. A edição, no entanto, também aborda oportunidades e alternativas em tempos de crise. Explicamos através de exemplos locais como funciona a economia solidária. Em outra reportagem, apresentamos as opções mais baratas que empresas e alunos têm buscado às tradicionais festas de formatura.

Investigamos, após dez anos de vigência no Brasil, quais os avanços que a Lei Maria da Penha trouxe em benefício das mulheres e os desafios que ainda a serem enfrentados. Identificamos também os três tipos de machistas — o esquerdomacho, o homem das cavernas e o assumido — e traçamos seus perfis.

Inspirados pela campanha Setembro Amarelo, que busca conscientizar a população sobre a prevenção ao suicídio, trazemos os relatos de duas mulheres que sobreviveram às tentativas de tirar a própria vida — e mostramos onde buscar ajuda na capital baiana. Em época de eleições, o JF esclarece ainda como alterações implementadas este ano na legislação determinam novas regras para a distribuição de materiais das campanhas eleitorais. Boa leitura!



Caíque Bouzas/Labfoto

**JORNAL
DA FACOM**

Outubro 2016

Jornal Laboratório da Faculdade de
Comunicação da Universidade Federal da Bahia
Rua Barão de Geremoabo s/n, Campus de Ondina
CEP 40.170-115 Salvador – Bahia — Brasil

EXPEDIENTE

Produção da disciplina
Oficina de Jornalismo Impresso
Primeira edição, semestre 2016-1

Reitor: João Carlos Salles

Diretora da Facom: Suzana Barbosa

Coordenação Editorial: Graciela Natansohn-DRT/BA 2702

Edição de Arte e Diagramação: Vinicius Gericó e Pablo Santana

Consultoria de Arte e Diagramação: Carla Risso, - MTb 19.260

Editor chefe: Ygor Bahia

Editores: Lara Pinheiro - Política & Sociedade

Gess Alencar - Educação, Ciência e Tecnologia,

Yumi Kuwano - Cultura e comportamento,

Artur Mello - Fotografia

Repórteres (turma 2016.1) Artur Mello, Beatriz Bulhões,
Bruna Leite, Carla Silva, Cristian Reis, Flávia Lima, Gess
Alencar, Jaqueline Leão, Kelven Figueiredo, Lara Pinheiro,
Larissa Silva, Laura Lorenzo, Lilian Galvão, Lucas Brandão,
Luiza Leão, Marcos William, Marina Aragão, Marina
Montenegro, Naiane Aline, Pablo Santana, Priscila Silva
Santos, Rafaela Oliveira, Sara Lima, Victória Libório,
Vinicius Gericó, Yumi Kuwano

Fotógrafos: Cícero Cotrim/LabFoto, Gabrielle Guido/
LabFoto, Marco Correia/LabFoto, Matheus Buranelli/
LabFoto, Rafaela Oliveira

Projeto Gráfico: Amanda Lauton Carilho/EDUFBA

Distribuição gratuita

Contato: jornaldafacomufba@gmail.com

Dez anos de Maria da Penha

Os avanços e desafios da lei que veio ressignificar posturas patriarcais

Pablo Santana

No ano em que completa dez anos de sua criação, a lei 11.340/06 conhecida como Lei Maria da Penha, se configura como um importante dispositivo legal no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores legislações no mundo que combatem a violência de gênero, a Lei Maria da Penha leva esse nome em homenagem à farmacêutica bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes — que, em 1983, sobreviveu às duas tentativas de assassinato cometidas por seu ex marido: a primeira foi um tiro nas costas enquanto dormia — que a deixou paraplégica — a segunda, já em cadeira de rodas, foi jogada da escada e eletrocutada durante o banho.

A biofarmacêutica cearense levou quase vinte anos para ver o seu agressor na cadeia, após inúmeros recursos da defesa do seu ex companheiro, e da omissão da justiça brasileira em condená-lo pelos seus crimes. Maria da Penha, junto com organizações não governamentais da época, conseguiu enviar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que, pela primeira vez na sua história, aceitou um caso de violência doméstica. Como forma de punição pela negligência do Brasil, a OEA recomendou que se criasse uma legislação específica para este tipo de violência.

A lei foi promulgada em agosto de 2006 e entrou em vigor em setembro do mesmo ano, colocando no Código Penal a violência contra a mulher em âmbito doméstico (parágrafo 9º, do Art. 129), com risco de pena, além de definir e especificar os tipos de violência doméstica, criação de juizados especializados para julgar esses casos, sanção de medidas de urgências e assistência às vítimas desses crimes em primeira instância, aplicando penas mais rígidas em quem comete crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Apesar dos avanços propostos pela lei e das diversas mudanças apresentadas no ordenamento jurídico do país, a sua aplicabilidade plena esbarra em problemas estruturais, reflexo de uma sociedade ainda patriarcal e machista, que faz com que o feminicídio ainda seja uma realidade crescente em todo o país.



Joyce Gonçalves/Design

Lei x Realidade

Um dos principais entraves que dificultam a funcionalidade da LMP é o não cumprimento dos prazos estabelecidos pela lei por conta da ineficácia dos organismos estatais em fomentar as políticas públicas de combate aos crimes domésticos e a lentidão do judiciário brasileiro.

De acordo com a lei, após a mulher apresentar a denúncia, a Justiça tem o prazo de 48 horas para conceder a medida protetiva, no entanto a falta de acolhimento nas delegacias, até mesmo nas especializadas, e a demora do encaminhamento da queixa para as varas de violência faz com que muitas mulheres desistam de dar continuidade ao processo. “A mulher vai dar uma queixa na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), faz o boletim de ocorrência, a confirmação demora em média de três a quatro meses. Depois de confirmado ela volta pra Deam, fala tudo de novo, tem que levar testemunha”, afirma a advogada Laina Crisóstomo. Durante este processo, muitas mulheres continuam vivendo com o agressor e algumas terminam assassinadas antes de a queixa ser encaminhada para a Justiça. “Temos muitos problemas”, explica a advogada. “Depois esse processo vai para a Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher— seja 1º ou 2º [vara], que efetiva a medida protetiva. Mas, e depois da medida, faz-se o quê? Existe uma ação criminal que precisa ser feita, mas isso não acontece porque existem vários processos aqui em Salvador que tem cerca de seis a sete anos e não são julgados”, enfatiza Crisóstomo.

Outro fator que dificulta o cumprimento da lei é a escassez de juizados de competência cível e criminal para que os processos sejam julgados de maneira conjunta. Muitas vezes, o caso de violência é encaminhado para varas que só atuam na área criminal, dificultando desdobramentos que são ligados diretamente ao processo de violência doméstica, como o de regularização de guarda urgente dos filhos e filhas e alimentos provisórios, por exemplo.

Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam)

A Deam é o cartão de visita da Lei Maria da Penha, porque é por meio dela que se inicia todo o processo contra o agressor. Dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a população feminina de Salvador é de aproximadamente 1,5 milhões de habitantes.

Apesar disso, a cidade conta apenas com duas delegacias especializadas: em Engenho Velho de Brotas e em Periperi. As unidades não funcionam 24 horas por dia, apesar de existir uma norma que diz que elas devem funcionar o dia todo, fazendo com que mulheres que sofrem violência durante a noite tenham que ir para outras delegacias — que, em geral, não as acolhem.

A situação ainda é mais preocupante se for analisada no âmbito estadual. Dos 417 municípios do estado, apenas 12 cidades possuem delegacias especializadas nesse tipo de atendimento, sendo que quatro delas estão em Salvador e Região Metropolitana (duas na capital, uma em Camaçari e uma em Candeias) e outras nove espalhadas pelo interior.

O Secretário de Segurança Pública do estado da Bahia, Maurício Teles Barbosa, anunciou, no mês de agosto, um investimento de R\$ 4,8 milhões para a ampliação da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Por meio desse incentivo serão construídas mais duas Deams no interior, nas cidades de Alagoinhas e Paulo Afonso.

Fotos: Divulgação/Reprodução



Ronda Maria da Penha

Inspirados na Patrulha Maria da Penha da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Segurança Pública (SSP) do estado implementaram, de forma articulada, em Salvador, a Ronda Maria da Penha. “Nosso diferencial é que temos um comitê de governança que funciona como um núcleo de debates para consolidar as ações da ronda”, afirma a Major Denice Pinheiro, comandante da Ronda Maria da Penha. Participam dessa iniciativa o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Polícia Civil com as Deams, o Departamento de Polícia Técnica, a Polícia Militar por meio da Ronda Maria da Penha e a Secretaria de Política para as Mulheres que gere o comitê. “Isso é importantíssimo! As demandas internas que às vezes sufocam por conta do trabalho administrativo, vão para o comitê e conseguem fluir. Isso é um diferencial”, pontua a Major Pinheiro.

A ronda começou como um projeto piloto em março de 2015, no Subúrbio Ferroviário da capital baiana. Com um ano e meio de atuação a ronda atende hoje 389 mulheres em Salvador e Região Metropolitana que possuem medida protetiva decretada pela justiça, conta com duas viaturas para o atendimento diário, além de ter ampliado a sua atuação para as cidades de Juazeiro e Paulo Afonso.

As visitas são feitas com uma equipe multidisciplinar que faz um levantamento social da situação das atendidas e a partir desse diagnóstico, direcionam as ações da ronda.

“
Dos 417 municípios do Estado,
apenas doze cidades possuem
Delegacias Especializadas
”



(acima) 3º Mutirão Lei Maria da Penha promovido pelo grupo TamoJuntas, que é uma iniciativa nas redes sociais para discutir gênero e feminismo.

(abaixo) Escudo da Ronda Maria da Penha, iniciativa da Polícia Militar da Bahia.

(à direita) Identidade visual do grupo “TamoJuntas” usada nas redes sociais e campanhas de conscientização.



#TamoJuntas

O uso das redes sociais como meio de discussões sobre gênero, feminismo e empoderamento possibilitou a criação de diversos grupos de apoio específicos que ultrapassaram a barreira do virtual. Uma dessas iniciativas é o grupo TamoJuntas, formado por advogadas feministas, que visa a tirar dúvidas, orientar e atender mulheres vítimas de violência.

Em abril deste ano, por meio de uma postagem no seu Facebook pessoal, a advogada Laina Crisóstomo se colocou à disposição para fazer um atendimento gratuito por mês a uma mulher vítima de violência doméstica. A partir dessa publicação, a advogada conheceu outras colegas de profissão que fomentavam o mesmo sonho de ajudar outras mulheres e, junto com Carolina Rola, Aline Nascimento e Natasha Barreto fundaram o grupo TamoJuntas, que faz atendimentos no bairro do Tororó. “Começamos como assessoria jurídica, mas a gente entendeu que essas mulheres não tinham condições de fazer atendimento jurídico apenas, todas elas precisavam urgentemente de atendimento psicológico e social. Precisamos fortalecer essas mulheres para que elas continuem na luta contra a violência, por isso trabalhamos também com atendimento psicossocial. A gente tem psicóloga e assistente social para acompanhar essas mulheres”, declarou uma das fundadoras.

Estatística

Estudos recentes mostraram que a LMP foi responsável por uma redução no número de assassinatos de mulheres, no âmbito do seu lar. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), responsável pelo estudo Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha divulgada em 2015, a lei ajudou a diminuir em 10% as taxas de homicídios doméstico contra as mulheres, desde 2006, quando a lei entrou em vigor.

O estudo apontou que os principais motivos para a diminuição no número de morte de mulheres em decorrência de violência doméstica são: o aumento do custo da pena para o agressor; o aumento do empoderamento e das condições de segurança para que a vítima possa denunciar e o aperfeiçoamento dos mecanismos da justiça, que atendem de forma mais efetiva os casos envolvendo violência doméstica, segundo o Ipea.

A pesquisa Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013) concluiu que apenas 2% das mulheres nunca ouviram falar sobre a Lei Maria da Penha, 69% acreditam que violência contra mulher não ocorrem apenas em famílias pobres, e para 86% dos entrevistados, as mulheres passaram a denunciar mais casos de violência em suas casas após a criação da lei.

Apesar dos grandes avanços propostos pela lei, a violência contra a mulher ainda cresce em todo país, principalmente na Bahia. Dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) revelam que apenas no primeiro trimestre deste ano, o Estado já registrou mais de dez mil casos de violência contra a mulher, sendo que na maioria o acusado era namorado ou companheiro das vítimas.

O Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil também mostra que a taxa de homicídio de mulheres (por 100 mil hab.) em Salvador, cresceu de 2,8 para 7,9, em dez anos, um aumento de mais de 180% nos índices, sendo o segundo maior crescimento entre as capitais do país.

Esses números evidenciam problemas sociais que a LMP e sua aplicação ainda não deram conta. O fomento à prevenção e educação— que é destaque na lei, ainda não são trabalhadas de forma coordenada e contínua, principalmente dentro das escolas. Nem a criação dos centros de tratamentos aos agressores previstos pela lei se tornaram efetivos. Outro fator determinante a respeito da violência de gênero que a Lei Maria da Penha não consegue dar conta é a violência praticada fora dos limites domésticos. É notório que é preciso criar mais dispositivos legislativos que visem romper com o ciclo de cultura patriarcal que a nossa sociedade se sustenta. ●



“Durante o processo, muitas mulheres continuam vivendo com o agressor e acabam sendo mortas”

“Eu só queria dormir para não ver nada”

Vamos falar de suicídio?

Lara Pinheiro

Mundo e o Brasil

Em seu levantamento mais recente, de 2012, a Organização das Nações Unidas (ONU) atesta que a cada 40 segundos morre uma pessoa por suicídio no mundo, em um total de 800.000 por ano. No Brasil, é uma a cada 45 minutos. No entanto, falar de quem tira a própria vida ainda é tabu. Foi com o intuito de chamar a atenção para o problema que a Associação Internacional de Prevenção ao Suicídio instituiu, em 2003, o dia 10 de setembro como Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio.

Sônia*, 39, fala baixo. A princípio, com pausas, reticências, mas, tão logo se sente à vontade, mostra-se mais do que disposta a contar sua história — repleta de dores e perdas —, que ela não esconde. É a segunda mais velha da família de cinco irmãos, que passou por dificuldades; às vezes, não havia o que comer em casa. Nas tentativas de se certificar de que haveria alimento suficiente para os outros, passava fome, tamanho era o senso de responsabilidade para com a família. Quando comia, vomitava. Adquiriu bulimia e obesidade mórbida.

Sônia foi abusada sexual e psicologicamente. Teve a infância roubada e, em seu lugar, foi posta a dor. Na cabeça dela, o abuso era culpa sua: “eu não me sentia vítima, me sentia culpada. Suja. Era como se eu não merecesse a confiança que as pessoas depositavam em mim, como se eu fosse enganadora, como se elas soubessem o que se passava comigo”. Talvez por isso sempre tenha se sentido julgada pelo olhar do outro. Chegou a comer sabonetes para se livrar da sensação de sujeira que a perseguia por dentro. Resolveu que não teria filhos para garantir que nenhuma criança sofreria o que ela passou.

Sônia não vê as tentativas de suicídio como esforços para tirar a própria vida, pois o que queria

não era morrer — era “dormir para não ver nada”. Ela acredita que a família não aguentaria a dor de perdê-la, mas, ao mesmo tempo, “só não queria presenciar os problemas, a confusão”. Nem esse conforto da não-presença lhe foi dado pelas pílulas extras que engoliu: ela conta que lembra do marido e dos sobrinhos ao redor de sua cama, chorando, perguntando se ela ainda estava viva.

Sônia está no NEPS (ver box) desde 2007, e há cinco meses fez cirurgia bariátrica. Hoje se sente melhor: tem mais satisfação com a aparência, maior capacidade de movimento e fez progresso no tratamento: são apenas algumas de suas vitórias. Diz que o marido, João Paulo, com quem é casada há 17 anos, foi quem “Deus colocou na minha vida para me ajudar”.

Pretende se formar ainda este ano em Serviço Social, e voltar ao mercado de trabalho, que deixou há três anos, aposentada por invalidez. “Hoje estou bem melhor. Acho importante compartilhar tudo com o outro: tanto a minha dor quanto aquilo que é bom. Se você vê que não é o único que passa por aquilo, fica mais fácil de lidar”.

Diferente de Sônia, Estela, pedagoga de 40 anos, fala alta e claramente. Chora, mas a voz se mantém firme. Assim como Sônia, Estela sempre



Bahia e Salvador

De acordo com a pesquisa “Mapa da Violência: Os jovens do Brasil”, com dados de 2012, 476 pessoas tiraram a própria vida na Bahia naquele ano — segundo maior número do Nordeste, atrás apenas do Ceará. A nível nacional, o estado ocupa o sétimo lugar. Em Salvador, o número de suicídios mais que quadruplicou entre 2002 e 2012, indo de 16 para 65: foi o maior aumento entre as capitais.

teve um senso de responsabilidade muito grande. Depois de se separar, passou a trabalhar dobrado para garantir que nada faltasse à filha, hoje com 21 anos. Ela credita a primeira tentativa de suicídio, em 2009, ao estresse com o trabalho, onde era muito cobrada — sem folga, sem férias. Antes disso, “nem sabia o que era estar deprimida. Para mim, era uma angústia rápida, que vinha e passava”.

Depois de ir parar na emergência, ficou claro que ela precisava de uma pausa. A contragosto, Estela pediu uma folga no trabalho. Na primeira semana de férias, tomou uns comprimidos; queria dormir para sempre. Passou três dias internada. Quando acordou, o diagnóstico: depressão. “Eu, com depressão?!”

Antes de melhorar — antes de conseguir falar da dor, como hoje — Estela piorou: “Minha mãe me levou para a casa dela. Eu não queria mais tomar banho, comer, nem sair do quarto. Ficava deitada o tempo todo: amanhecia, anoitecia, e eu lá”. Chegou a matar animais. O neto — na época um bebê — a irritava, e a psicóloga chegou a recomendar que não a deixassem sozinha com ele.

Estela queria ir morar sozinha para poder se machucar. “Sempre que surgia a oportunidade, eu tentava o suicídio. Não queria viver de jeito nenhum”. Tem cicatrizes de cortes nos braços que, segundo ela, são bem menores que as que leva dentro de si: “é uma dor da alma. Só quem passa é que sabe. Eu chorava dia e noite, não aguentava mais, achava que não ia superar nunca. Para mim a única

solução era a morte. Cada vez que eu tentava me matar e acordava de novo, eu achava que era uma pessoa tão ruim que nem Deus me queria”, diz.

Estela chegou a tentar o suicídio outra vez no ano passado — mas jura que foi a última vez. “Hoje eu quero viver, ver meus netos crescerem”, afirma com

segurança.

Ela consegue, agora, encontrar forças para continuar o tratamento, mesmo nos piores dias, e encoraja outros a falarem de seus problemas, ainda que ela própria não o faça. “Eu não gosto muito de falar que eu tenho depressão, eu fico na minha. É a primeira vez que dou entrevista”.

*os nomes foram alterados para preservar a identidade das entrevistadas

“É como uma dor na alma. Só quem passa é que sabe”
Estela

Prevenção e ajuda

Salvador conta, desde 2007, com os serviços do Núcleo de Estudo e Prevenção do Suicídio (NEPS), fruto do antigo serviço de Psicologia do Centro Antiveneno da Bahia que, hoje, contabiliza um total de 350 atendimentos por mês. De acordo com Maíra Oliveira, terapeuta ocupacional do Núcleo, o NEPS é o único na cidade que oferece consultas com psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais e terapias de grupo especificamente destinadas a pacientes com ideação suicida.

Segundo dados da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, Salvador conta com vinte Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), onde é feito o atendimento a pacientes com transtornos mentais. No entanto, Oliveira ressalta que “a rede tem muita dificuldade de acolher essas pessoas que tentaram o suicídio. Nós recebemos no NEPS muitas pessoas que vêm dos CAPS”, explica.

Oliveira observa ainda que a maior parte dos pacientes do NEPS é mulher. “Os homens morrem mais por suicídio porque utilizam métodos mais violentos, como armas de fogo, mas elas tentam mais frequentemente, ingerindo medicamentos ou produtos de limpeza. Por isso, acaba sendo possível socorrê-las”, explica. O relato da terapeuta está de acordo com dados da ONU — segundo os quais, globalmente, quase o dobro de homens morre por suicídio comparado a mulheres.

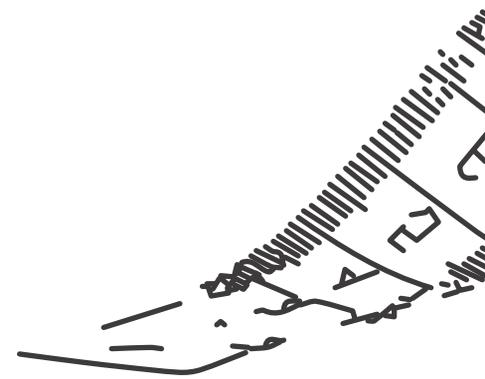
Onde obter ajuda?

NEPS: funciona dentro do Centro Antiveneno da Bahia, no Hospital Geral Roberto Santos. Rua Direta do Saboeiro, s/n — Cabula, Salvador. Telefone: (71) 3387-4343

Centro de Valorização da Vida (CVV), associação civil sem fins lucrativos que presta serviço voluntário e gratuito de apoio emocional e prevenção do suicídio sob total sigilo, pelo telefone 141 (24 horas), pessoalmente ou pelo site www.cvv.org.br via chat, VoIP (Skype) e e-mail. Contato em Salvador: Tel.: (71) 3322-4111. Horário: 24 horas | Ladeira do Bângala, 47, Nazaré, Salvador.

Ser fitness é ser saudável?

Blogueiras sem formação em educação física ou nutrição ensinam dietas e exercícios



Fotos: Marco Antônio Correa/LabFoto



Beatriz Bulhões

O movimento 'fitness', ou 'fit', para os íntimos, prega um estilo de vida saudável. Academia, dietas e exercícios são os principais aliados desse movimento na busca pela saúde e vitalidade. Por isso ganhou muitos seguidores nas redes sociais: em um mundo virtual onde todos mostram o melhor de si, estereótipos de saúde se reproduzem.

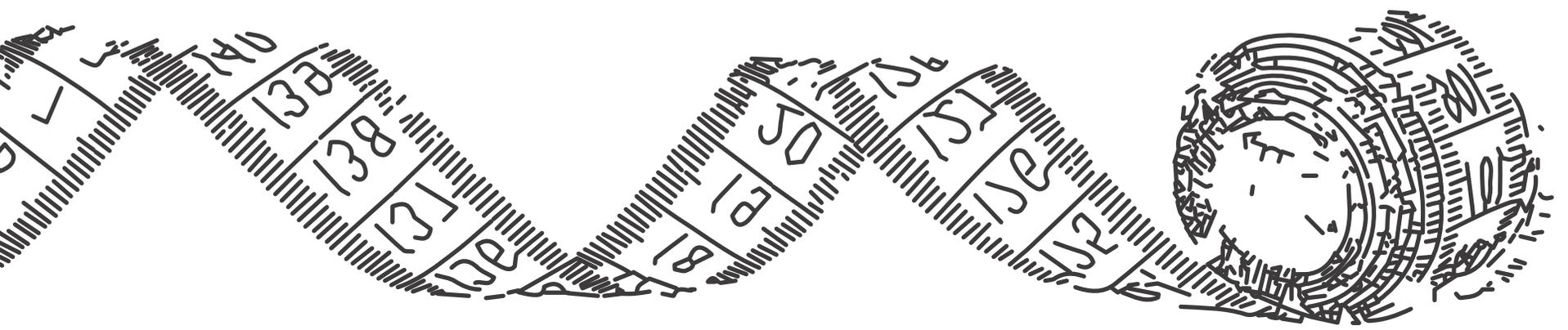
Pesquisa informal realizada na internet pelo JF com 115 alunos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) mostrou que quase 74% deles seguem blogueiros que repercutem essa vivência fit em alguma rede social, especialmente o Instagram. Por

outro lado, quase 82% dos entrevistados assumem que conhecem alguém que teve problemas ao seguir uma dieta ou imitar um exercício que viu na internet. Em uma simples busca no Youtube, 1.630 canais aparecem com a palavra chave "exercícios em casa" e 14.900 relacionados à "dieta".

"As pessoas tiram dúvidas, perguntam coisas, mas eu não sou profissional de nutrição nem de educação física. Eu sou uma pessoa que compartilha o meu estilo de vida com as pessoas que gostam de mim. São coisas diferentes", explica Lise Oliveira, que tem quase 29 mil seguidores no Instagram e publica vídeos na série "Metabolise Já", no canal do Youtube da TV Aratu.

Alguns usuários de redes sociais têm confundido a divulgação de imagens pessoais com a divulgação de modelos a serem seguidos. Então, se uma pessoa posta no Instagram uma foto do seu corpo, explicando a série de atividades que faz todo dia para conseguir uma boa forma, alguns seguidores, ao invés de procurar por médicos e especialistas na área, apenas repetem os exercícios vistos ou as dietas indicadas, sem saber se são adequadas para si.

Na mesma pesquisa, apesar da maioria dos estudantes consultados conhecerem alguém que teve problemas de saúde, 68% dizem que continuam fazendo os exercícios que aprenderam na internet.



Disposição

Janiele Santos de Sousa, de 26 anos, diz que praticar exercícios disponíveis na internet é mais econômico do que consultar médicos ou pagar uma academia. “Mas não dá pra fazer qualquer loucura de internet”, diz ela. “Além das informações dos canais, eu pesquiso. Procuo me certificar se é saudável determinado exercício ou alimento”, ressalta a tecnóloga em segurança do trabalho.

Segundo ela, a principal motivação para largar a academia foi a falta de motivação e não achar que a atividade dava resultados. A blogueira Lise confirma: “A maioria dos comentários pedem conselhos para estimular a vontade de malhar quando não se tem disposição. Além disso, foram 8 anos para eu ficar com o corpo assim. Não é rápido, é preciso se dedicar”, completa.

Outro elemento usado para acelerar o resultado da malhação e ter um corpo esculpido como o dos blogueiros é o uso de anabolizantes. Segundo levantamento realizado entre os médicos da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), um em cada 16 adolescentes já fez uso de drogas derivadas do hormônio testosterona, mais conhecidas como anabolizantes. Desde 1996, o uso juvenil aumentou 39% entre os estudantes do nível fundamental, 67% entre estudantes do ensino médio, e 84% entre os estudantes do último ano do ensino médio.

“
Para ter saúde eu não
preciso comer apenas
frango e batata doce
Karine Beck,
nutricionista
”

Qualidade da informação

“Eu considero positivo o incentivo à busca por uma alimentação mais equilibrada, mais saudável. Mas algumas blogueiras fitness beiram o radicalismo, pois para ter saúde eu não preciso comer apenas frango e batata doce”, explica a nutricionista Karine Beck, professora da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora na área de saúde e nutrição escolar.

Para ela, é importante salientar que uma pessoa saudável se alimenta de carboidratos, lipídios, proteínas, vitaminas e minerais sem restrições, contanto que cuide da qualidade e da quantidade desses alimentos consumidos. “A gente acaba associando a pessoa com excesso de peso a uma pessoa doente e isso não acontece necessariamente”, diz ela. “Tem pessoas que se alimentam de forma adequada, praticam atividades físicas e acabam tendo essa constituição corporal de excesso de peso”, explica.

Essa ênfase em volta de uma vida mais saudável, de acordo com a nutricionista, é louvável. “Mas me preocupa a ligação de pessoas que não são da área de saúde a esses movimentos. Você não tem assegurada a qualidade da informação que é transmitida.”, ressalta. “Acho que esse movimento é válido, porém é interessante reduzir isso aos profissionais de saúde, mais especificamente aos nutricionistas”, finaliza a pesquisadora.

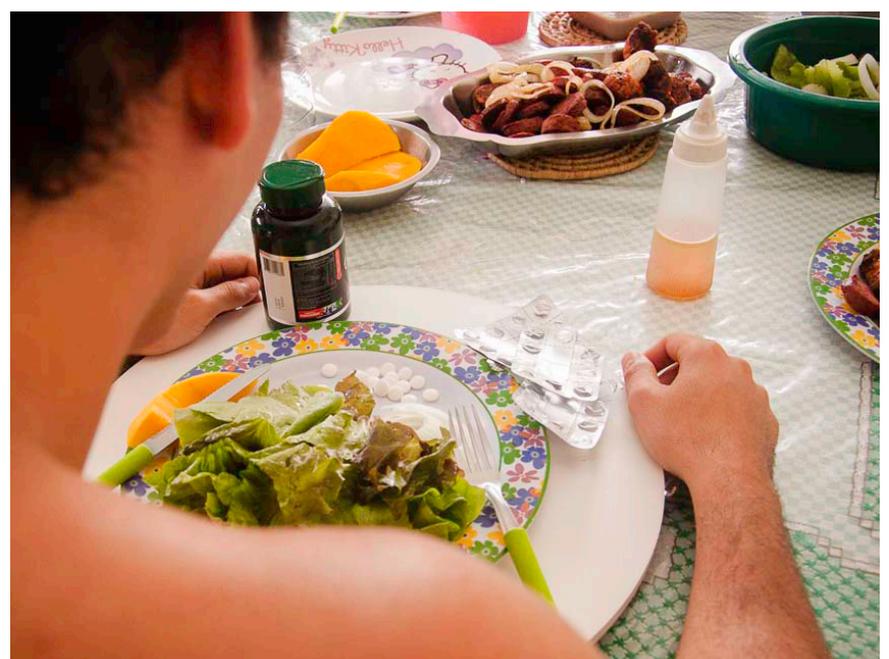
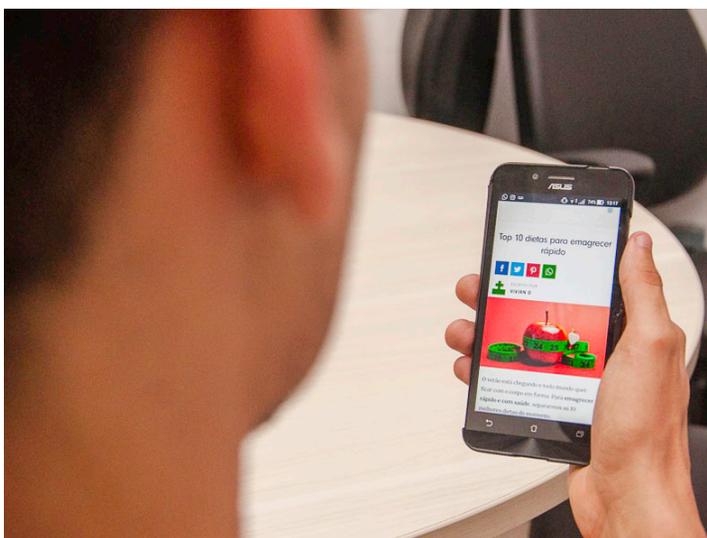
Para a protagonista do Metabolize Já, seus 8 anos de malhação intensa lhe garantiram conhecimentos na área. “Eu acho que eu posso sim dizer algumas coisas para as pessoas, tenho um pouco de respaldo para passar alguma informação”, afirma. A instagramer diz que, como é formada em jornalismo, tem cuidado com toda a informação que coloca em suas redes sociais e que possui uma equipe formada por um nutricionista e um personal trainer, que a auxiliam em seus exercícios e dietas e validam o que será postado na página.

Mas por outro lado, ela concorda que nem todas as páginas de incentivo a vida saudável tem essa preocupação em passar a informação correta. “A preocupação tem que ser de quem posta mas também de quem está consumindo. Tem que filtrar o conteúdo”, alerta.

(à esquerda) As gordurinhas localizadas podem ter relação com a constituição corporal da pessoa e não com a saúde.

(ao lado) Uma busca rápida no Youtube revela mais de 1 500 canais relacionados a exercícios em casa e outros quase 15 mil sobre dietas.

(à direita) Uma dieta balanceada vai muito além do frango com batata doce e suplementos.



Corte no SUS põe em risco programas sociais

Com crise orçamentária histórica, a PEC 241/2016 vai agravar dificuldades de acesso à saúde pública

Victória Libório

O Brasil tem passado por mudanças orçamentárias estruturantes desde a instituição do governo Temer. O Sistema Único de Saúde (SUS), resultado de luta democrática da sociedade brasileira no pós-ditadura civil-militar, enfrentará um impacto que se contrapõe à premissa de acesso integral, universal, igualitário e gratuito com a aprovação da PEC 241/2016, em 10 de outubro, mesmo com a reprovação de economistas, educadores, comunidade científica e defensores do SUS. A proposta, chamada pelo governo de Novo Regime Fiscal, prevê o congelamento dos gastos públicos da União pelos próximos 20 anos. Isso significa que em 2026 o gasto em saúde da União será o mesmo que em 2016, sofrendo apenas ajuste de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Segundo José Miguel do Nascimento, que coordenou o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no SUS até as desonerações de julho deste ano, “quando são observadas as iniciativas em diminuir o tamanho do SUS, comunicada diretamente pelo governo, ficamos preocupados”, afirma. O SUS tem problemas de financiamento históricos. “No entanto, numa realidade em que o desemprego aumenta, como a população vai deixar de contar com o SUS para fornecimento de remédios, vacinas e tratamentos?”, analisa. O risco de descontinuidade do Programa Farmácia Popular, que atende 9,5 milhões de brasileiros por ano, preocupou a comunidade farmacêutica. “O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada já comprovou que o gasto com medicamentos prejudica o orçamento familiar”, afirma Nascimento. Na Farmácia Popular o cidadão pode adquirir os remédios para hipertensão, hepatites, diabetes e o coquetel contra a Aids.

A Emenda Constitucional (EC) 29/2000, que regulamenta os gastos do SUS, define os percentuais mínimos do PIB do ano corrente para serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde. Por exemplo, a Constituição indica que 13,7% da receita líquida da União deve ser direcionada à saúde. A PEC 241/2016 substituiu essa regra durante o período de vigência do Novo Regime Fiscal e calcula o gasto mínimo de acordo com as despesas do ano anterior. Segundo a justificativa da PEC pelo governo, esse tipo de vinculação [do orçamento da saúde ao PIB] cria problemas fiscais e é fonte de ineficiência na aplicação de recursos públicos. O que vai gerar problema orçamentário sob a responsabilidade dos municípios e dos estados, que devem manter as porcentagens originais.

O Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS) do Ministério da Saúde mostra que enquanto a União tem mantido a aplicação dos 1,7% do PIB na saúde, existe uma queda na participação proporcional em relação ao aumento da alocação de recursos pelos estados e municípios.

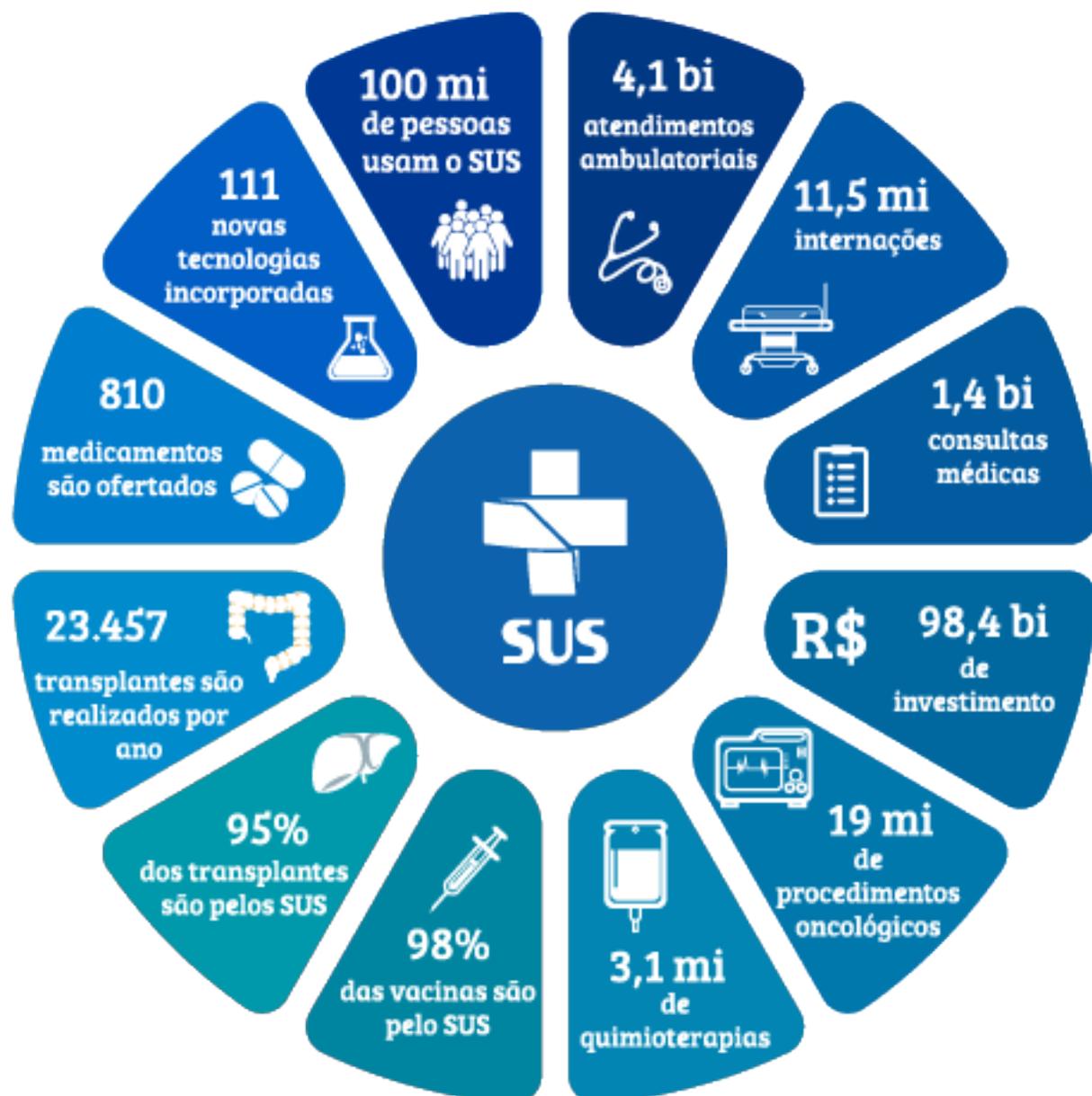
Projeção de Perda do SUS (em R\$ milhões a preços correntes)

Ano	Despesa conforme EC29	Estimativa de despesa conforme PEC241	Perda com a PEC 241
2003	27.181	27.836	655
2005	37.146	32.737	-4.408
2007	44.303	35.687	-8.617
2009	58.270	39.478	-18.793
2011	73.332	43.613	-28.719
2013	83.053	49.160	-33.893
2015	100.055	55.403	-44.652



Estimativa das Perdas se a PEC 241/2016 estivesse em vigor a partir de 2003 (a preços de 2015) Fonte dos gráficos: Grupo Técnico Interinstitucional de Discussão sobre o Financiamento do SUS

O tamanho do SUS



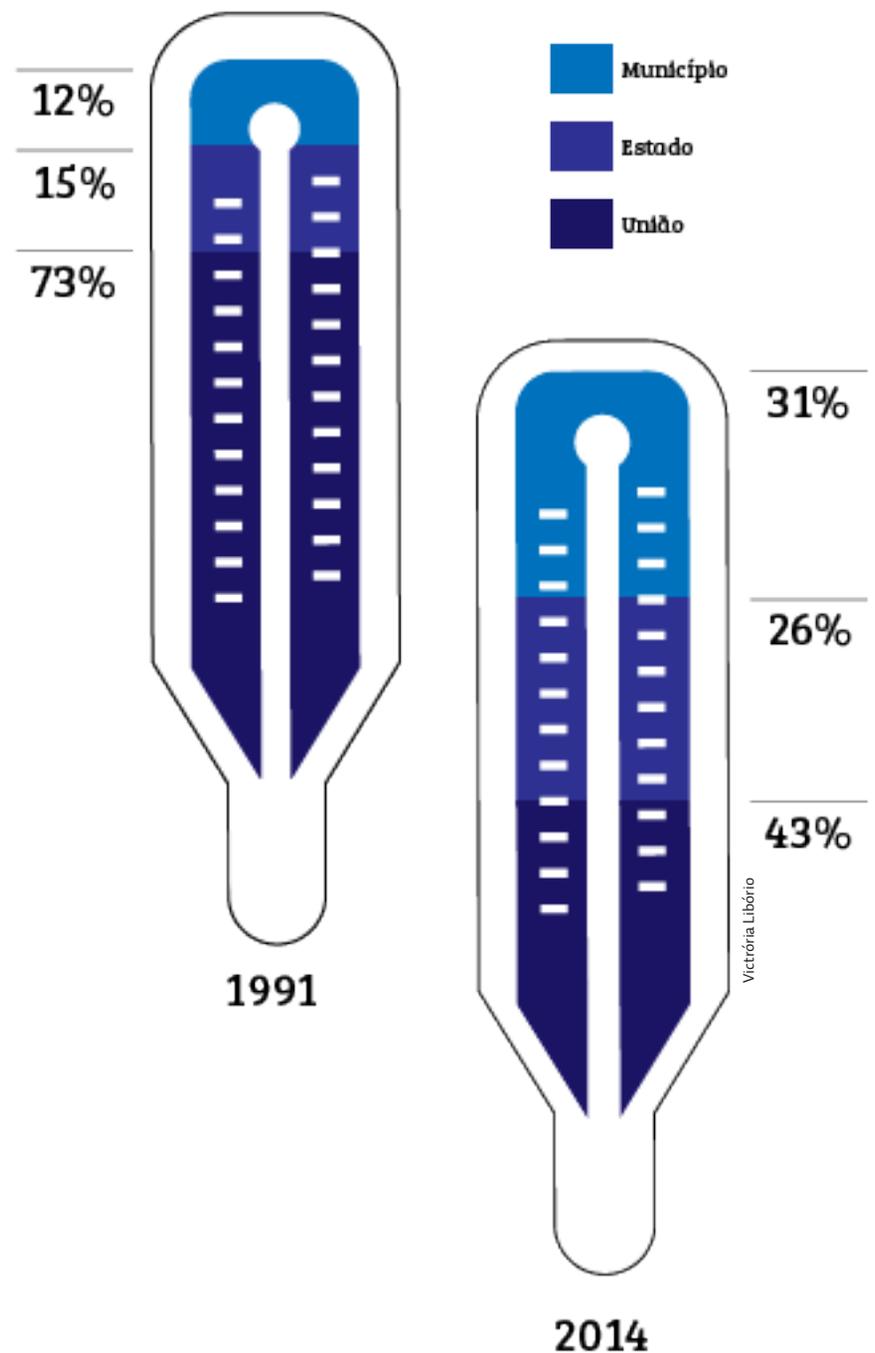
Victoria Libório

Perfil dos pacientes mudou

O perfil epidemiológico dos pacientes do SUS tem mudado drasticamente nos últimos anos. Diminuiu a prevalência de doenças infectocontagiosas, com rápida cura, e aumentam as doenças que solicitam tratamento constante, somando gastos fixos ao SUS, já que o número de pessoas que precisam deste tratamento só tende a aumentar com os anos. A PEC 241 não leva em conta o crescimento populacional, a especificidade da inflação setorial (maior do que a taxa média de inflação da economia), nem a necessidade de aumentar os recursos do SUS em relação ao PIB. Ela indica o contrário, quanto maior for seu crescimento, menor será o gasto público em saúde.

O Grupo Técnico Institucional de Discussão do Financiamento do SUS elaborou a previsão do impacto da aprovação da PEC com as Ações de Serviço Público de Saúde, apenas um dos setores do SUS, com base nos relatórios do Ministério do Planejamento e do Banco Central. Registraram uma perda acumulada de mais de R\$ 12 bilhões para os anos de 2017 e 2018 no SUS. Só em 2015, o SUS realizou cerca de 955 milhões de procedimentos ambulatoriais, quase 3 milhões de internações e 335 milhões de consultas médicas. O Sistema é o maior sistema público de transplantes de órgãos do mundo, movimenta 98% do mercado de vacinas, realiza cerca de 3 mil procedimentos oncológicos por mês e 690 mil procedimentos de quimioterapia.

Evolução da responsabilidade financeira de cada unidade pelo SUS



Responsabilidade com o SUS

União

É responsabilidade da União coordenar os sistemas de saúde de alta complexidade e de laboratórios públicos. Por meio do Ministério da Saúde, a União planeja e fiscaliza o SUS em todo o país. O MS responde pela metade dos recursos da área; a verba é prevista anualmente no Orçamento Geral da União.

Projeção:

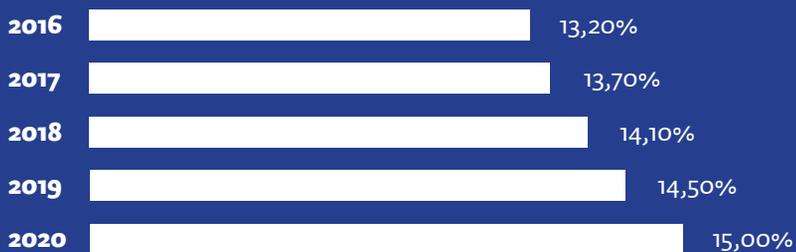


Gráfico: Vinicius Gericó

Estados

É papel dos governos estaduais criar suas próprias políticas de saúde e ajudar na execução das políticas nacionais aplicando recursos próprios (mínimo de 12% de sua receita) além dos repassados pela União. Os Estados também repassam verbas aos municípios. Além disso, coordenam sua rede de laboratórios e hemocentros, definem os hospitais de referência e gerenciam os locais de atendimentos complexos da região.

Municípios

É dever do município garantir os serviços de atenção básica à saúde e prestar serviços em sua localidade, com a parceria dos governos estadual e federal. As prefeituras também criam políticas de saúde e colaboram com a aplicação das políticas nacionais e estaduais, aplicando recursos próprios (mínimo de 15% de sua receita) e os repassados pela União e pelo estado. Igualmente os municípios devem organizar e controlar os laboratórios e hemocentros. Os serviços de saúde da cidade também são administrados pelos municípios, mesmo aqueles mais complexos.

Distrito Federal

Em relação ao Distrito Federal, acumulam-se as competências estaduais e municipais, aplicando o mínimo de 12% de sua receita, além dos repasses feitos pela União.

Manda Nudes?

O troca-troca de imagens e a segurança na rede

Vinicius Gericó



A conversa quase sempre começa assim: sem grandes alardes ou textões. O ‘oi’, às vezes, é substituído por uma imagem um tanto mais... íntima. E a troca de fotos íntimas — as chamadas “nudes” — não é só uma prática entre casais, menos ainda restrita a uma determinada orientação sexual. Especialistas definem a interação como mais uma expressão dos desejos sexuais das pessoas nos dias atuais.

A palavra nude, que significa desnudo, também faz parte do “sexting” — que significa sexo e texto, do inglês. Desde o início dos anos 2000 já se falava em trocar conteúdos eróticos e sensuais através dos celulares. Inicialmente as conversas mais quentes eram por meio das mensagens de texto (SMS) e, mais tarde, com a evolução da tecnologia que permitiu os celulares terem câmeras, a fotografia ganhou espaço e já é usada para quase tudo, inclusive para produzir nudes.

Aceita uma nude?

Entende-se a gíria “manda nude”, como o envio de uma fotografia da pessoa sem roupa, que pode ser em uma posição sensual ou erótica. O teor é sexual. Ou seja, a imagem varia desde uma foto no espelho com nada além do celular nas mãos, a uma mais específica, dos órgãos genitais. Embora a nudez ainda seja um tabu em muitas culturas, na internet espalham-se todos os dias centenas de “memes” que brincam com o “manda nudes”.

Para Marcelo*, gay, 26 anos, as nudes que ele recebe chegam pelo aplicativo Snapchat. “É bastante comum, até evito abrir em público, porque sempre tem. Acho engraçado que mal conheço a pessoa e ela já manda, como se fosse um oi”, diz. O hábito é também comum para o estudante Gleidson Queiroz, 23 anos. “É comum nos aplicativos voltados para sexo, como o Hornet, Grindr ou Scruff receber nudes logo no primeiro contato. O cara nem manda um oi e já manda várias fotos íntimas, como uma espécie de portfólio, para só então conversar”, conta.

A facilidade no compartilhamento das imagens é possibilitada por um vasto número de aplicativos como o WhatsApp, Telegram, Facebook e Snapchat, que oferecem interação em tempo real. Mas nem todas as opções disponíveis são seguras. Ou seja, na troca de mensagens a garantia de que o conteúdo não vai vazsar de um aparelho para o outro pode não estar garantida.

A troca de imagens íntimas, para Daniela*, 23 anos, requer alguns cuidados para preservar a sua identidade. “Eu troco nudes com paqueras, já que estou solteira, e mando para os amigos para verem se a foto está bonita mesmo. Tento sempre não mostrar muita coisa, nunca mostro o rosto e tatuagens. Mando mais fotos ousadas, mas sem nada explícito para evitar futuras surpresas”, relata.

Além dos aplicativos, há espaços na internet, como fóruns e grupos em redes sociais, que são específicos para quem deseja apenas trocar fotos íntimas. No Facebook, por exemplo, há grupos em que existe uma espécie de “hora do nude” ou as chamadas “nude tour”, em que os usuários e usuárias enviam suas fotos que, após um tempo, são removidas pelos moderadores.

No entanto, a moderação do conteúdo e a remoção não garante que o usuário será preservado, uma vez que outros internautas podem salvar as imagens ou capturar a tela enquanto o tópico está online. O moderador também não garante segurança, dado que é um usuário como outro qualquer, sem qualquer outra supervisão.

Na rede social Uplust, as nudes são a base da existência do site, que é voltado para maiores de 18 anos. Lá, existe uma espécie de biblioteca aberta a todos com imagens íntimas, compartilhadas por usuários de todo o mundo, organizadas a partir da orientação sexual e as preferências raciais e nacionais. Neste espaço, as imagens publicadas não exibem o rosto, ou protegem o anonimato através da pixelização.



Sim. Eu aceito nudes, e você?

Enviar e receber imagens, para Carlos*, 22 anos, é fundamental para o seu relacionamento, que é à distância. Ele conheceu o atual namorado, que vive em outro país, por meio uma rede social. Mesmo com as dúvidas no que diz respeito aos aplicativos que mediam a relação, ele diz que confia no parceiro e não utiliza meios para preservar sua intimidade.

“Confio nele. Infelizmente não tem outro jeito, senão usar as redes sociais. Moramos muito longe um do outro. Não vejo problema. Tenho mais medo em ser assaltado e colocarem as minhas fotos nas redes sociais do que de algum ataque hacker”, pontua.

Para Gabriela*, 26 anos, o hábito não é tão presente no cotidiano, no entanto, já trocou imagens quando também namorava à distância. “Recebi nudes poucas vezes e não soube o que fazer com elas meu celular. Lembro que troquei uma vez, com um amor à distância. Mas foi muito mais para matar a saudade do que como estímulo sexual. Não me sinto segura, mesmo sem mostrar o rosto, por causa das tatuagens”.

O envio de imagens, embora seja encarado como algo comum por boa parte dos jovens, não é tratado com a mesma simplicidade na hora de assumir o hábito. Dizer que se troca nudes publicamente ainda causa estranhamento e muitos preferem manter-se no anonimato, tanto por medo de julgamentos quanto para preservar a identidade.

Nude segura?

A publicação e compartilhamento indevido de imagens íntimas é um dos problemas relacionados à troca de nudes. A publicação de uma fotografia em uma rede social ou aplicativos é normalmente associado ao “revenge porn” – termo que significa pornografia da vingança, em português, que diz respeito às publicações de imagens íntimas como vingança pelo fim de um relacionamento – ou ao vazamento indevido por razões diversas que vão desde um aparelho roubado ou hackeado. Organizações Não Governamentais (ONGs) como a SaferNet Brasil – organização sem fins lucrativos, referência nacional no enfrentamento de crimes e violações aos direitos humanos na internet – enfatizam que os usuários têm o direito de utilizar a rede e ao mesmo tempo devem ter alguns cuidados para garantir a segurança.

Segundo dados da organização, desde 2007, quando foi criada, há um constante crescimento no número de pedidos de ajuda para os casos de vazamento de imagens. Em 2015 houve crescimento de 43,75% nos pedidos, em relação a 2014. O número total de usuários chegou a 322, sendo que 74,5% destas solicitações são feitas por mulheres, em sua maioria, com mais de 18 anos (72,7%), e os principais canais responsáveis pelos vazamento de imagens são WhatsApp e o Facebook.

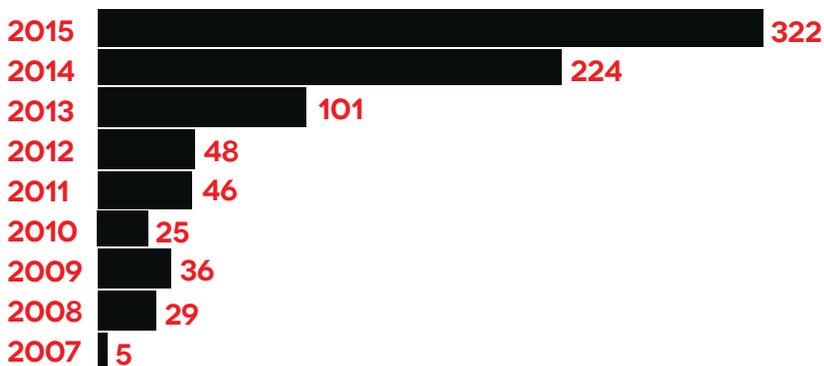
Com o objetivo de diminuir o número de vítimas femininas, organizações privadas e não governamentais fizeram campanhas para desestimular o envio de imagens ou para enviá-las com os devidos cuidados. Entre as campanhas veiculadas pela SaferNet, um cartaz estava sendo exibido em cinemas, como se fosse um filme real, cujo tema era um “revenge porn”. Em outra peça, há uma mulher no espelho com um celular na mão e, do outro lado, várias outras pessoas vendo a nude. O objetivo do cartaz era mostrar que não se pode confiar em quem está recebendo a imagem íntima.

Contudo, ativistas como Gisela Pérez de Acha, da ONG Derechos Digitales, defende o direito de enviar nudes e ao anonimato na internet. Para ela, como em qualquer relação sexual, é preciso existir cuidados e a troca de imagens não deve fugir à regra. Sem criptografia ou alguma técnica para preservar quem envia, mandar nudes é como transar sem camisinha, resume a ativista. Ela faz ainda uma crítica ao teor de campanhas e ao comportamento machista que, no caso de vazamentos cujas vítimas são mulheres, transfere a responsabilidade do crime para a própria vítima.

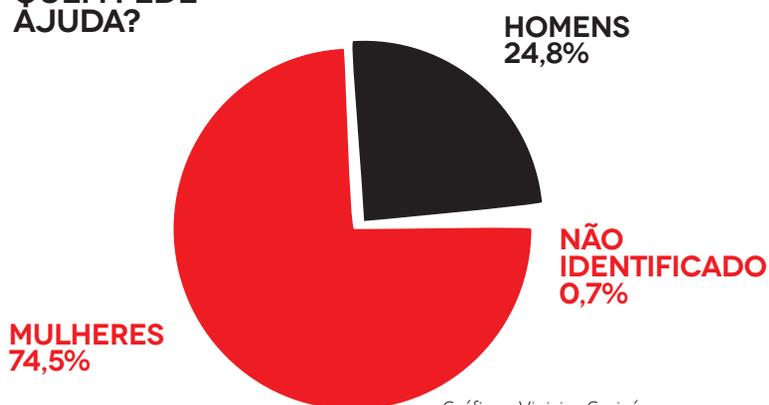
Acha também critica o termo “revenge porn”, porque para ela a conotação ‘porn’ sugere a existência de uma indústria pornográfica, que facilmente pode ser confundida com o hábito de trocar imagens íntimas e expressar a sexualidade. Portanto, o compartilhamento de imagens sem consentimento não faz parte da indústria pornográfica, “é uma forma específica de violência sexual que viola a intimidade e a privacidade das mulheres na internet”, enfatiza.

Para a aluna de mestrado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora em redes sociais e jornalista, Florencia Goldsman, as nudes são uma forma de desenvolver outro olhar sobre o próprio corpo. “Quando se faz uma imagem do próprio corpo, que normalmente não segue um padrão social imposto, ocorre a quebra de um modelo. A maioria das pessoas não se vê representada no que é padrão. Assim, ter a liberdade em tirar a própria foto, manipular o próprio corpo e compartilhar com a devida consciência, é uma forma de criar uma outra linguagem e percepção no outro, principalmente no caso das mulheres e LGBTTs”, explica.

PEDIDOS DE AJUDA CASOS ENVOLVENDO VAZAMENTO DE IMAGENS ÍNTIMAS NA SAFERNET



QUEM PEDE AJUDA?



Gráficos: Vinicius Gericó
Dados: SaferNet



#ficadica: compartilhar nudes que não são suas é crime

Tem sido comum o vazamento de imagens entre celebridades e anônimos, que na maioria das vezes não desconfiam de que a imagem do momento íntimo será compartilhada em centenas de blogs internet afora. Porém, o compartilhamento de imagens sem a devida autorização é considerado crime e o responsável pelo ato pode responder a processos nas esferas jurídicas.

Nos casos em que os envolvidos são vítimas com 18 anos ou mais, dependendo do caso, os crimes podem ser classificados como: injúria, difamação, ameaça, extorsão e até mesmo estupro. O Marco Civil da Internet – lei que regula o uso da internet no Brasil – prevê que nos casos em que há vazamentos de imagens ou pornografia da vingança, os sites são obrigados a remover o conteúdo imediatamente. Há uma seção específica no documento com pontos que visam proteger os direitos dos brasileiros.

Embora não seja um instrumento penal, o Marco Civil facilita localizar os responsáveis pela distribuição do conteúdo, uma vez que os dados de acesso dos usuários aos sites são guardados por seis meses. O documento prevê ainda que, caso o site não remova o conteúdo após o pedido da vítima, poderá também ser responsabilizado.

Anderson*, 23 anos, já foi vítima de exposição indevida. Ele havia tirado uma fotografia em que aparecia em posição sexual e enviado para um grupo de amigos de confiança no aplicativo Snapchat. No entanto, uma das pessoas da lista capturou a imagem, manteve no dispositivo e, em seguida, transferiu para o computador.

“Dia desses quando assistia a uma apresentação na aula fui surpreendido quando as imagens do notebook foram colocadas em modo aleatório e uma destas estava uma minha. Todos viram. Fiquei morto de vergonha e daquele dia em diante tomei mais cuidado com o que compartilho”, conta.

De acordo com Florencia Goldsman, o compartilhamento de imagens sem autorização é uma questão de educação e reflexo de uma cultura machista. “Não é quem tem a intimidade exposta que deve ser responsável, mas sim a pessoa que compartilha sem a devida autorização. Por isso, é necessário que exista a conscientização de que o corpo do outro deve ser respeitado. Há um mundo offline e um online e existe uma relação de continuidade entre eles. É a mesma coisa de querer proibir e responsabilizar uma mulher de usar uma roupa, porque ela pode sofrer violência. Acredito que se investirmos em uma educação sem foco no medo, mas na liberdade e respeito, podemos ter um contexto mais favorável para todos, não apenas as minorias”, pontua.

*A pedido das fontes, as identidades foram preservadas



Gabrielle Guido/Labfoto

Nudes mais seguras

Para estimular o envio consciente e seguro de imagens íntimas, a organização Coding Rights – que é uma instituição internacional criada para promover o entendimento e contribuir para a proteção e promoção de Direitos Humanos no mundo digital – elaborou um guia que dá dicas e informações de como trocar imagens íntimas de forma segura.

É indicado, entre outros métodos, se tornar anônimo em cada nude. O usuário deve pixelizar a imagem, através de aplicativos de edição de imagem, sobretudo o rosto ou partes que o identifique, como tatuagens ou sinais do corpo.

O guia não recomenda usar os aplicativos mais conhecidos como SMS, iMessage, WhatsApp, Telegram, Facebook ou Tinder para o envio de nudes. Aplicativos gratuitos como Confide e Wickr, que usam encriptação de ponta a ponta, permitem mais segurança nas trocas.

No caso do Confide, todas as mensagens que chegam no aplicativo são apagadas automaticamente após a leitura e ao tentar capturar a tela, o usuário é alertado. O guia recomenda ainda não manter as imagens no telefone sem a devida segurança, para o caso de roubos ou ataque de hackers.

GLOSSÁRIO

- Nude** – imagem de uma pessoa nua, em que há exibição de partes íntimas
- Sexting** – fusão da palavra texto e sexo. O comportamento está relacionado a conversas sexuais por celular
- SaferNet** – ONG que assiste os usuários no que diz respeito aos seus direitos no uso da internet
- Marco Civil** – Lei que regula o uso da internet no Brasil
- Revenge Porn** – Compartilhamento de imagens sem consentimento por vingança

(página anterior) Representação do envio de uma foto íntima.

(à esquerda) Sequência de memes de internautas que brincam com o “manda nudes”.

(ao lado) Representação de uma selfie íntima.

Corrida com obstáculo

Estudantes dos cursos de engenharia de mobilidade constroem protótipos na Escola Politécnica da UFBA



A falta de prática é apontada como uma das causas de evasão nos cursos de Engenharia

Gess Alencar

Resistência para enfrentar obstáculos, velocidade para completar mais voltas que seu adversário e leveza para carregamento de peso. São essas características que as equipes Carpoeira, KRT e Axé Fly, cada uma em sua modalidade (Baja, Fórmula e Aerodesign) perseguem na construção de carros e aviões. Formadas por estudantes de engenharia da área de mobilidade, as equipes representam a Universidade Federal da Bahia (UFBA) anualmente em competições nacionais promovidas pela Sociedade dos Engenheiros Automotivos (SAE). Em oficinas localizadas na Escola Politécnica da UFBA, os universitários trabalham principalmente aos sábados, fazem pesquisa para embasamento teórico dos trabalhos e recebem patrocínio de empresas como a Ford para manter os projetos.

Segundo Lucas Brandão Rodrigues, estudante de engenharia mecânica, atual capitão da Axé Fly Aero UFBA — que constroem mini aviões para competições da SAE — ações de extensão como essas, chamado também de projetos motivacionais, mudam a experiência dentro da universidade. “Eu aprendo mais aqui do que em sala de aula porque aqui vemos como todas as etapas funcionam. A gente come livro sozinho pra ter embasamento teórico, projetamos, modelamos e construímos algo”, relata Lucas.

Cintia Leal, do curso de Engenharia de Controle e Automação de Processo e integrante do Carpoeira Baja, aponta que o grupo ajuda a evitar o abandono dos cursos de engenharia e dá o respaldo prático para o futuro profissional. “Nas engenharias, você passa muito tempo tendo contato teórico e básico e não tem nada prático. Por isso a evasão nas engenharias é tão alta”, comenta Cintia. “Foi dentro do Baja que percebi que quero trabalhar com manutenção, ou seja, cuidar do que você tem para aumentar a vida útil”, conta Cintia.

Ailton de Souza Lima Júnior, professor do Departamento de Engenharia Mecânica da UFBA, reforça o valor da iniciativa. “Temos ouvido das empresas que os engenheiros formados na UFBA não se comparam aos vindos de outras universidades. Se eu quero formar gente que inove, ele tem que ter prática. O que acontece com o engenheiro brasileiro [recém formado] é que ele não sabe do que é capaz, pois não testou nada”, afirma o docente.

Multidisciplinariedade

Em sua maior parte os alunos vêm dos cursos de Engenharia Mecânica e Elétrica, mas o espaço, que nasceu com a intenção de ser multidisciplinar, também recebe alunos de Engenharia de Controle e Automação de Processo, Engenharia de Produção, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia Civil, Física, Administração e Direito. O último processo seletivo do KRT Fórmula, durante o semestre 2015.2, foi dirigido também aos alunos de Desenho Industrial, Design, Ciências Contábeis e Comunicação Social. Em 2014, em uma parceria com a Escola de Belas Artes da UFBA, estudantes de Design criaram desenhos para o próximo carro do modelo Fórmula.

Prova de resistência

Mas buscar resistência, velocidade e leveza não são os únicos desafios com que as equipes se deparam até a linha de chegada. Os participantes reclamam do pouco apoio dos professores e da UFBA, que apenas cede o espaço físico das oficinas e frequentemente custeia o transporte para irem às competições, que acontecem no estado de São Paulo. “A UFBA concede o galpão, mas não tem estrutura e segurança. A fiação elétrica é precária, existem rachaduras na parede, não oferecem equipamento de proteção individual para uso nas oficinas”, critica Fadylla Maron, estudante de engenharia mecânica.

Para Lucas, a UFBA não reconhece os benefícios que a proposta pode trazer para a instituição. “Hoje a gente representa a instituição nas competições, mas no dia a dia somos nós por nós mesmos. A UFBA deveria dar esse apoio. Ter uma equipe que sempre ganha dá credibilidade para a instituição e pode até mesmo atrair investimentos”, reforça o universitário.

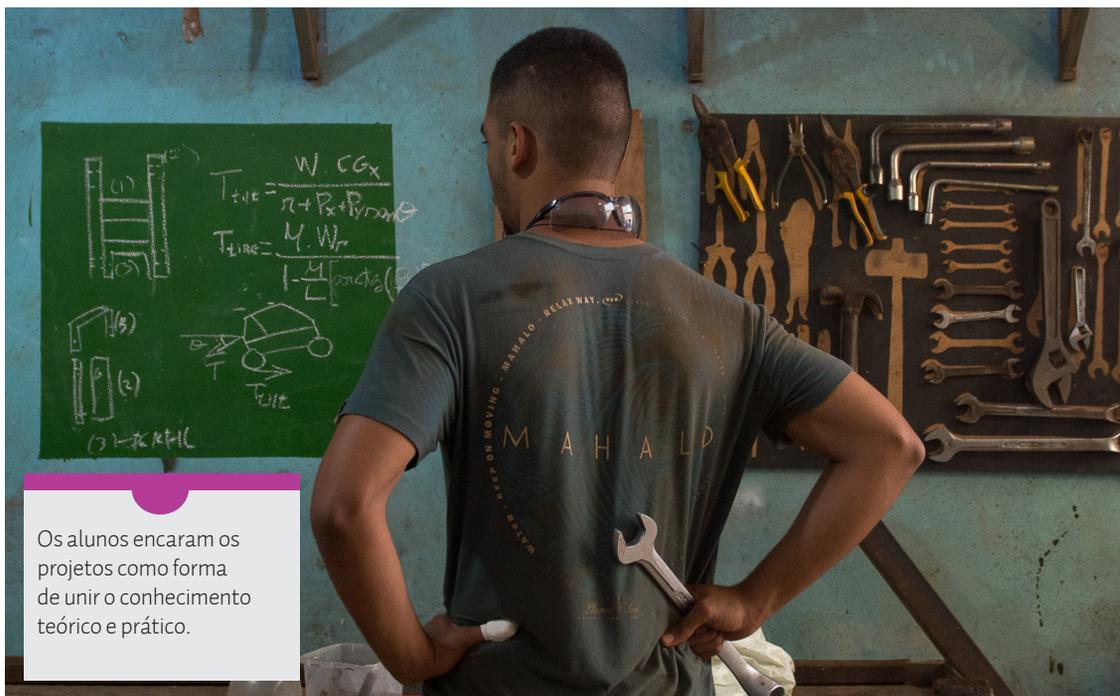
A falta de interesse por parte dos docentes também é apontada. “Aqui dentro há muitas áreas que poderiam ser exploradas e render pesquisa se a gente tivesse apoio para isso. Para publicar um artigo, precisamos de um orientador interessado”, argumenta Cintia. Fadylla é uma das integrantes que conseguiu unir sua participação à pesquisa dentro da academia. Contemplada com uma bolsa do PIBITI, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, tem como sua área de interesse a ergonomia, que trata do conforto e acessibilidade do piloto dentro do carro. Fadylla conta que buscou um docente da área para orientá-la e hoje une a pesquisa com a experiência dentro do KRT.

Segundo Tatiana Dumêt, diretora da Escola Politécnica, os problemas de infraestrutura advêm da falta de recursos em toda a universidade. “Já passamos o pedido para a Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI), mas a equipe de manutenção não dá conta”, defende. A professora explica que os projetos de motivação ainda não são reconhecidos como projetos de extensão e que isso está sendo discutido internamente. “Realmente existem universidades que bancam mais do que nós e o ideal seria investir 100% nos projetos. O foco da atual gestão é assistência estudantil, só que a gente não tem dinheiro. Por outro lado, é um aprendizado para eles buscar patrocínio”, argumenta.

Em busca de combustível

Para levantar recursos e divulgar o projeto os alunos promovem almoços beneficentes, rifas e fazem ações como disponibilizar videogames por algumas horas nos campi da UFBA. Desde peças para os protótipos, ferramentas até licenças de softwares e quantias significativas de dinheiro, empresas como Ford, Ansys, Esss, Starret, Alltec, Solidworks patrocinam os projetos, interessadas em investir na formação da futura mão de obra.

Segundo o professor Ailton, é bom que os alunos aprendam a trabalhar sozinhos. Um dos responsáveis pelo início das atividades práticas na Escola Politécnica na década em 1990, Ailton é orientador de dois dos grupos motivacionais, mas conta que hoje não é muito presente. “Chama-se Curso Superior porque treina sua capacidade de investigar sozinho e o aluno da graduação precisa disso. E isso também envolve buscar patrocínios”, defende.



Os alunos encaram os projetos como forma de unir o conhecimento teórico e prático.



As equipes Carpoeira Baja, KRT Fórmula e Axé Fly Aero UFBA representam anualmente a UFBA em competições nacionais de universitários de Engenharia



A participação no projeto ajudou Cintia Leal a descobrir sua área de interesse no curso.



O tradicional perde espaço para solenidades

Para driblar a crise econômica, empresas e estudantes optam por investir nas solenidades de outorga de grau

Priscila Santos

Se o clássico grito de “passei no vestibular” continua sendo motivo de orgulho nas famílias, a frase “vou me formar” se tornou uma fusão de realização e angústia. Alegria pela missão cumprida e temor, das contas a pagar se houver o desejo de celebrar o término do curso. Os reflexos da atual retração econômica do país têm afetado não apenas o bolso dos estudantes e suas respectivas famílias, mas também são estímulos às empresas do segmento de formaturas, que diversificaram a carta de serviços e as estratégias de prospecção de clientes.

Segundo dados da Associação Brasileira de Festas (Abrafesta), o mercado de festas e cerimônias de todo tipo (não apenas as universitárias) atingiu R\$16,8 bilhões em 2014. No entanto, existe uma previsão de queda no faturamento do segmento em até 6% até o fim deste ano. Para o gerente de uma empresa de formatura de Salvador João Oliveira, a saída encontrada para lidar com os entraves da crise foi a criatividade. “A inadimplência neste segmento cresceu cerca de 35% na nossa empresa. Estamos procurando diminuir os custos, usando mais criatividade e menos dinheiro”, declarou.

Sócia de outra empresa do ramo, Maria Angélica Calmon está notando uma mudança no perfil dos clientes. A escolha de um pacote simples e de baixo custo tem atraído o interesse dos formandos. “As pessoas pedem para parcelar o máximo de vezes que puder. Priorizam o preço e a qualidade do serviço e depois, se couber no orçamento, eles agregam outras coisas”, assinalou. Na tentativa de evitar a inadimplência, a empresária adotou a estratégia de bloquear alguns serviços — como fotografias e vídeos que farão parte da cerimônia — até que o pagamento seja feito.

A festa de formatura parece estar com seus dias contados. Empresas organizadoras de eventos identificaram que o ramo das solenidades acadêmicas são uma boa oportunidade de negócio e estão conseguindo esquivar-se da crise. Desde 2008 no mercado, Jéssica Layne Plácido não tem do que se queixar. A diretora-executiva afirmou que a sua empresa conseguiu dobrar o faturamento e está prestes a alcançar a meta estipulada de contratos fechados. O fato de não realizar festas de formatura e especializar-se na realização de solenidades contribuiu para esses resultados positivos.



(à esquerda) Os formandos economizam dinheiro para a realização das festas de formatura ou solenidades.

(acima) É necessário planejamento para compensar a falta de dinheiro.

(abaixo) No curso de Bacharelado em Instrumento da Escola de Música da UFBA, há alunos responsáveis por marcar e produzir individualmente uma formatura show. Na imagem, Marina Monroy na sua apresentação do recital de formatura.

Quebrando o porquinho

Iasmin de Jesus Sena, 20, formanda do curso de Relações Públicas da Universidade Salvador (Unifacs), prefere não realizar a festa de formatura e celebrar a ocasião de outra forma: “Eu e minha família optamos por não fazer a festa de formatura pensando em aproveitar o dinheiro que seria gasto na comemoração para investir em uma viagem ou um curso de pós-graduação. O atual período econômico foi um dos fatores mais importantes na decisão”. A estudante fará apenas a solenidade e confraternizará em um jantar com familiares logo após a cerimônia.

A tradicional festa tem perdido espaço entre os formandos. Para driblar a crise e não deixar de comemorar há quem prefira investir nas cerimônias de outorga de grau, solenidades de caráter obrigatório à entrega do certificado de conclusão do curso. Cada vez mais personalizadas, elas acabam se transformando em uma excelente oportunidade para confraternizar com amigos e parentes.

Com previsão de se formar em dezembro de 2015, Lorena Pinheiro, 22, teve que adiar um pouco os planos por conta da greve dos docentes da UFBA, e só pôde graduar-se em julho de 2016, sete meses mais tarde do que o previsto. A recém-formada optou por comemorar a ocasião em uma festa restrita a familiares e amigos logo após a realização da colação de grau. Os custos com os eventos totalizaram aproximadamente R\$ 8.900. “Era um sonho meu e de meus pais. Sou filha única e eles sempre procuram comemorar minhas vitórias. Guardaram o dinheiro durante meus quatro anos e meio de tempo de graduação para bancar a festa. Me emocionei muito”, recorda Lorena.

Quem também espera celebrar ao lado de familiares é a estudante de Produção Cultural Carla Galvão, 24, ansiosa por terminar o ciclo acadêmico no início de dezembro. “Minha família sempre me apoiou, sempre esteve por perto, por isso digo que é uma vitória nossa”, comentou. Junto com a turma, a jovem contratou uma empresa para realizar a organização da solenidade e terá que pagar cerca de 2 mil reais para arcar com as despesas. Disposta a fugir um pouco da formalidade típica desse momento de outorga de grau, Carla acredita que textos criativos, músicas animadas para a entrada da turma e vídeos que representem a identidade dos formandos são algumas alternativas que bem podem substituir uma festa tradicional.

“Quando estava no terceiro ano meu sonho era entrar em uma universidade pública”, lembra Carla. “É muito difícil concorrer com quem estuda em colégio particular e tem aulas extras, cursinhos e outros recursos”. Ex-aluna de escola pública, a quase produtora cultural relembrou as dificuldades existentes na rede estadual e por isso, sua formatura tem um gosto especial.

“Quando eu estava no terceiro ano meu sonho era de entrar em uma universidade pública”
Carla Galvão, Formanda

Um show de formatura

Nada de paraninfos, oradores e comissão de formatura como é o costume na maioria das cerimônias de colação de grau. No curso de Bacharelado em Instrumento da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia, cada aluno é responsável por marcar e produzir individualmente uma formatura show. Foi isso que Marina Monroy, bacharel em flauta transversal, teve que fazer. Formada no segundo semestre de 2015, a instrumentista teve que lidar com a tensão de ter que defender o seu trabalho de conclusão de curso e gerenciar todo o recital sozinha.

“O momento mais marcante para mim foi quando entreguei placas de homenagem aos professores que mais me marcaram. Chorei muito. Eles não esperavam”, lembrou.

Para arcar com as despesas que somaram cerca de 10 mil reais, além de contar com o apoio dos pais, Marina — que sempre sonhou com a realização do recital — trabalhou como professora de música e conseguiu acumular quase 5 mil reais para arcar com os custos das fotos, filmagem, locação do espaço e captação profissional de áudio. “Foi uma produção minuciosa de quase dois anos de idealização. Principalmente eu queria ali realizar o sonho da minha mãe de ter a filha formada e triunfante”, comentou.



Novas regras para propaganda eleitoral

Legislação prevê multa e apreensão de material

Bruna Leite

A cada dois anos as campanhas eleitorais dos candidatos, partidos e/ou legendas, utilizam todos os recursos possíveis de divulgação como meio de alcançar o maior número de eleitores. Com isso é comum ver, em anos eleitorais, muros pintados, cavaletes, outdoors fora do padrão estabelecido por lei, sem contar panfletos – os famosos santinhos – que, especialmente no dia da votação, cobrem as ruas deixando um caos por onde passam.

Em períodos de chuva, a cidade sofre com alagamentos provenientes dos esgotos entupidos pelo lixo e enchentes, dentre outros problemas derivados do não recolhimento do material proveniente de campanha eleitoral que, caso não seja reciclado ou recolhido adequadamente, pode significar um problema para as comunidades.

Nas últimas eleições (2014) foram recolhidas 100 mil toneladas de lixo provenientes de campanha política, só em Salvador. Esses dados, apresentados pela Empresa de Limpeza Urbana do Salvador – Limpurb, deixam claro o quanto esse material pode ser prejudicial à cidade caso não seja recolhido adequadamente. No Brasil os números também são alarmantes: cerca de 276 mil toneladas de resíduos sólidos nas últimas eleições municipais (2012) foram recolhidas em todo o país.

Em janeiro de 2015, entrou em vigor em Salvador a Lei Municipal nº 8.512/13 — conhecida como lei do lixo — que prevê multa para quem for flagrado jogando lixo nas ruas de Salvador. Os valores vão até R\$268,92 para pessoa física e R\$2.016,90 para pessoa jurídica, o que, de certo, modo não tem impedido o cidadão soteropolitano de sujar as ruas, muito por conta da falta de fiscalização.

Mudanças na Lei em 2016

A Resolução do Tribunal Superior Eleitoral — TSE, nº 23.457/2015, que trata da propaganda eleitoral no rádio e na TV, agora também irá tratar das condutas ilícitas nas campanhas em 2016. Conforme consta na lei é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, colocação de placas, faixas, estandartes, cavaletes, bonecos e peças afins em bens em que o uso dependa de permissão do poder público.

Proíbem ainda esse material em postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, árvores e jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios.

Quando aos materiais impressos como folhetos, adesivos e outros similares, não é necessária autorização da Justiça Eleitoral para veicular propaganda eleitoral por meio deles e podem seguir sendo distribuídos conforme a lei até às 22h do dia que antecede as eleições, sob pena de detenção por crime eleitoral.

A quantidade de papéis nas ruas nos dias de eleição é sempre um risco para as comunidades carentes. Caso as chuvas recentes que têm caído na cidade se mantenham até o dia da eleição, as ações de fiscalização serão intensificadas com o objetivo de evitar problemas de alagamento e outros transtornos.

“Configurada a infração, o político que aparece no material irregular terá até 48h para retirar o material ou restaurar o bem público”



Apesar da mudança na Lei, as eleições de 2016 foi ainda marcada pelo acúmulo de santinhos nas ruas de várias capitais do país, inclusive em Salvador.

4465

foi o número de denúncias feitas pelo aplicativo Parda nas eleições de 2016



Total de denúncias por categoria

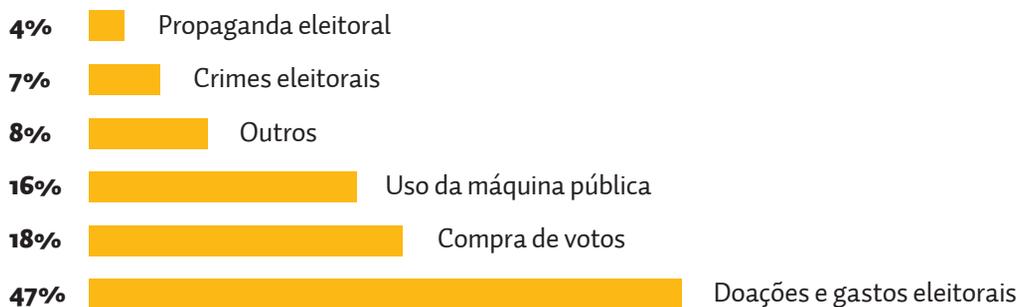


Gráfico: Vinicius Gericó
Fonte: Pardal (Justiça Eleitoral)

Fiscalização

Segundo a prefeitura de Salvador, ficou definido que a fiscalização e possível apreensão de material de propaganda irregular será exercida por servidores do TSE das 11ª e 15ª zonas eleitorais. Configurada a infração, o político que aparece no material irregular terá até 48 horas para retirar o material ou restaurar o bem público, sob pena de multa de, no mínimo, R\$5 mil.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/BA) informa, em sua página, que as ações de fiscalização também estão sendo realizadas através do aplicativo Pardal — disponível para qualquer celular com Android e IOS — com o objetivo de possibilitar que eleitores denunciem propagandas irregulares.

Como pensa um machista?

Do esquerdomacho ao assumido, homens revelam o que pensam sobre o assédio

Marina Montenegro

Que mulher nunca escutou uma cantada na rua ou em qualquer local público? Sonoridades como “gostosa”, “fiu-fiu” e “ô, lá em casa” fazem parte do cotidiano de quase todas as mulheres brasileiras. 86% das mulheres, para ser mais exata. Pelo menos, isso é o que diz uma pesquisa realizada pela organização ActionAid no Brasil e publicada em maio deste ano. Já na pesquisa Chega de Fiu-Fiu, realizada em 2013 pela Think Olga, 96% das mulheres já foram assediadas.

Mas se engana o leitor (ou, provavelmente, a leitora) que pensa que cantadas são tudo que as mulheres precisam enfrentar ao se arriscar a sair de casa. Em relação às formas de assédio sofridas em público, o assobio é o mais comum (77%), seguido por olhares insistentes (74%), comentários de cunho sexual (57%) e xingamentos (39%), de acordo com a pesquisa da ActionAid.

Estes dados não são novidade para ninguém que ande pelas ruas de Salvador ou de qualquer cidade brasileira. O crescente debate sobre questões acerca do feminismo e do direito das mulheres tem levantado campanhas contra este tipo de assédio em locais públicos. Em nível nacional destacam-se a Chega de Fiu-Fiu, da Think Olga, a Cidades Seguras para as Mulheres no Brasil, da ActionAid e a Marcha das Vadias; e em nível regional, a campanha Tô na Rua Mas Não Sou Sua, da estudante soteropolitana Larissa Novais, são alguns exemplos.

A banalização do assédio sexual é um dos aspectos da Cultura do Estupro, termo originado nos Estados Unidos, na década de 1970, para abordar as maneiras como a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento dos homens. O conceito chama a atenção para comportamentos tanto sutis quanto explícitos que silenciam ou relativizam a violência sexual contra a mulher.

Mas, o que pensam os homens a respeito disso? Se são eles que assediam, porque o fazem? Para eles, o que é assédio? Em busca dessas respostas a equipe do JF conversou com um grupo de homens, com idades entre 24 e 35 anos, em Salvador, para tentar entender o fenômeno, mas do ponto de vista deles. Por que insistem nessa conduta? Que benefício tiram disso?



GLOSSÁRIO

Cantada

Ato de flertar com alguém. Quando praticada de forma que humilhe, inferiorize ou faça alguém se sentir ameaçada, pode ser encarada como assédio sexual. As cantadas de rua são agressivas e fazem com que as mulheres tenham medo de sair na rua.

Cultura do Estupro

Expressão criada na década de 1970 para designar comportamentos, tanto sutis, quanto explícitos, que relativizam a violência sexual contra a mulher. Indica um ambiente cultural que banaliza ou alimenta diversos tipos de violência física e psicológica, entre as quais o estupro.

Feminazi

Termo formado pela fusão das palavras “feminista” e “nazista”. Utilizado por homens para designar militantes feministas que consideram radicais, mas comumente também é empregado a qualquer mulher que defenda os direitos femininos.



O esquerdomacho

É o homem que sabe o que é o assédio, compreende a extensão do problema e suas consequências, condena as práticas machistas, mas vez ou outra solta uma piadinha para a mulher da mesa ao lado ou olha para nádegas do ser feminino que cruzou seu caminho. Até admite já ter cometido assédio “quando mais novo”, mas hoje declara que não enxerga a mulher como objeto.

“Confesso que quando era jovem já buzinei para mulheres na rua, principalmente se estava em grupo. Sozinho, nunca. Hoje, no entanto, não faço mais. As mulheres não deveriam sair nas ruas com medo dos homens”, afirma José (todos os nomes são fictícios, pois nenhum quis se identificar). Apesar de tentar ser descolado e dar uma de desconstruído com afirmações como “Qual o maior medo dos homens ao ser preso? De ser estuprado. Agora, imagine as mulheres, que têm medo disso o tempo todo”, muitas vezes, quando está junto a outros homens, não se diferencia dos congêneres.

Apesar do “esquerdomacho” ser um machista enrustido, é o menos pior dos três perfis traçados nesta reportagem. Em conversas sobre o tema, tenta conscientizar os outros homens de certas atitudes mas, como tudo tem limite, para não se indispor com os seus, muitas vezes colabora com o machismo.

O homem das cavernas

Este tipo não compreende a extensão do problema do assédio. Para ele, o assédio só ocorre quando o homem insiste. “Não acredito que to-

“
Se a mulher está com uma saia microscópica é porque está pedindo. É vadia.
Pedro

dos os homens assediam. Eu mesmo nunca assediei nenhuma mulher”, afirma Matheus. Durante a conversa com a equipe do JF, alguns de seus congêneres questionaram sua afirmação e tentaram convencê-lo de que já havia, sim, assediado. Para este tipo, assédio só ocorre quando é físico. O resto é paquera, elogio.

Ao cantar mulheres nas ruas, a maioria dos homens não espera que ela responda às suas investidas. Assédio de rua é uma expressão de poder e dominância, nada tem a ver com elogio, cantada ou paquera. Disfarçado de elogio, ele é aceito pela sociedade, que considera que a culpa do assédio é da mulher: “É isso que dá andar sozinha”, “Bonita desse jeito, queria ouvir o quê?”.

Para este tipo, “quando um desconhecido, ao cumprimentar uma mulher na rua e não obter resposta, a chama de mal-educada, ele, na verdade, acha que não tem chance com a mulher”, diz Matheus. Com base neste argumento, é o cara que (ainda) pensa que assédio é elogio e não uma forma de humilhação e constrangimento.

É o mesmo homem que considera que apenas mulheres “bonitas” escutam cantadas na rua. Dados de pesquisas, como a Chega de Fiu-Fiu, que relata que 83% das mulheres afirmam não gostar de cantadas na rua, não surtem efeito no “homem das cavernas”, que continua erroneamente certo de suas convicções equivocadas.

O assumido

Dos três machistas identificados por esta reportagem, é o mais radical. Entre suas frases de efeito estão “mulher quando diz não, não quer realmente dizer não”, “não existe esse negócio de cultura do estupro” e o clássico termo “feminazi”, utilizado para designar as feministas.

“Se a mulher está com uma saia microscópica, é porque tá pedindo. É vadia”, dispara Pedro. É o perfil de homem que ao ouvir um ‘não’ para sua investida, solta frases e palavras como “nem é tão bonita mesmo”, “vadia” e, ocasionalmente, até tenta forçar a mulher a fazer algo que ela não quer.

É o homem que considera que as mulheres são inferiores aos seres masculinos e que devem manter-se no seu lugar de submissas. Para ele, expressões como “mulherzinha”, “joga como uma menina” e “parece uma moça” são normais.

O “assumido” é comumente visto agarrando mulheres pelo braço, cometendo assédio físico, soltando piadas que ofendem todo um gênero, e por aí vai. E o pior: este tipo assume suas atitudes e acredita que são ações naturais dos homens e que a violência contra a mulher é culpa única e exclusivamente da mulher.



Por um mundo mais humanizado

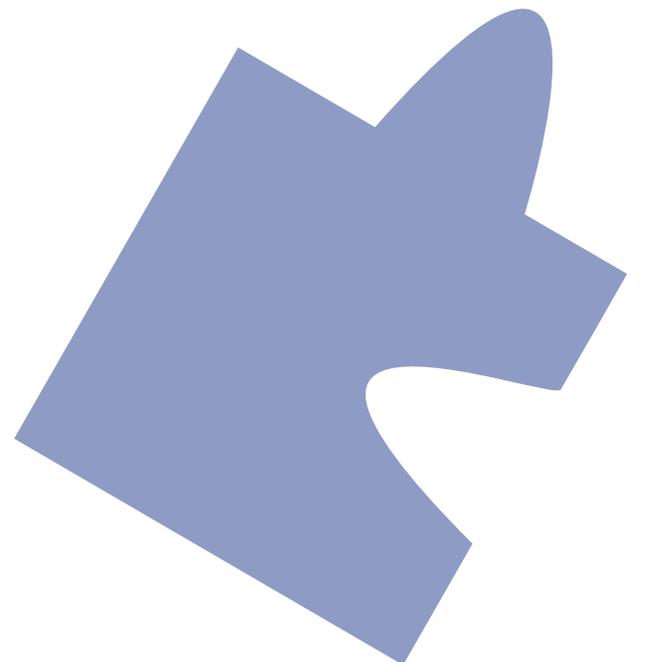
Na economia solidária, pessoas se unem em um movimento que contribui com o meio ambiente

Yumi Kuwano

Imagina trabalhar em um negócio em que o lucro deixa de ser o mais importante e o ser humano passa a ser o centro do trabalho? Isso é possível com a economia solidária, que hoje é uma alternativa dentro do sistema capitalista.

Economia solidária é um termo que surgiu no Brasil para denominar um movimento de experiências de práticas de solidariedade que deram certo, contribuindo para um futuro melhor de parcelas menos favorecidas da sociedade. O objetivo é criar relações sociais mais humanizadas com base nos seus princípios: autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário.

Pode-se dizer que a economia solidária é uma nova maneira de viver no mundo. Para quem trabalha é uma alternativa às jornadas abusivas e ao modelo patrão-empregado, para quem consome é um novo jeito de adquirir produtos que não afetam o meio ambiente e nem beneficiam grandes empresas, valorizando principalmente a produção local.



Como isso funciona?

Podem funcionar como grupos pequenos ou uma cooperativa de qualquer ramo: alimentos, artesanato, roupas, produtos orgânicos e até mesmo restaurantes. Os próprios associados são donos do negócio, realizam assembleias para tomarem decisões e os resultados e lucros obtidos são divididos igualmente para todos.

São iniciativas de projetos coletivos que têm como finalidade produzir, em cooperativas, espaços de reciclagem, bancos comunitários (instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares), redes de agricultura familiar e agroecologia e outras que dinamizem as economias locais, garantam trabalho digno e renda aos envolvidos.

Além disso, existe a preocupação com o futuro do planeta e a finitude dos recursos naturais, por isso a preservação desses recursos é um ponto fundamental no movimento de economia solidária.

Fotos: Rafaela Oliveira

Apoio e fomento

Um dos apoios às iniciativas de economia solidárias locais são os Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL). Os centros têm o papel de acompanhar e treinar os grupos de empreendimentos. O CESOL dialoga e interage com a comunidade.

Os centros são implantados através de um edital público da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) e da Superintendência de Economia Solidária (SESOL) em que diferentes organizações ganham a concessão para administrá-lo. Na Bahia existem 13 centros, sendo um localizado em Salvador, no bairro da Barra, que foi inaugurado em abril de 2013 e é gerido pela Organização Filhos do Mundo (FEME).

Na UFBA existe a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES), uma entidade que trabalha a partir de metodologias de incubação que possibilitam a interação entre universidade e comunidade para o desenvolvimento de atividades solidárias. “O trabalho aqui é de assessoria, acompanhamento e apoio. Além de uma dimensão técnica, trabalhamos com uma política de mobilização comunitária e articulação dos empreendimentos, participação nas esferas públicas ampliadas e formação de sujeitos sociais nos territórios para que eles desenvolvam uma capacidade de auto-organização, de auto-governo e de emancipação”, conta Genauto Carvalho, coordenador do ITES e professor de administração da UFBA.



O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) está organizado em todo o país em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, com mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária envolvidos. O FBES é fruto do I Fórum Social Mundial, realizado com 117 países em 2001.

Já na sua quinta edição o Encontro Nordestino de Incubadoras de Economia Solidária (ENIES) será realizado em outubro na Universidade Federal do Cariri e inicialmente a ideia era um encontro para trocar experiências com colegas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (UNICAMP) em João Pessoa. Porém o convite foi estendido a outras universidades nordestinas e o primeiro ENIES foi realizado com a presença de uma dúzia de incubadoras e grande animação para prosseguir com o diálogo em torno da metodologia, constituição de redes e cadeias, comercialização solidária, bancos comunitários e fundos rotativos.

O Brechó Ecosolidário é um grande evento que acontece anualmente em Salvador desde 2006. É um mercado de trocas de bens usados através da moeda social grão, vendas de produtos das cooperativas de economia solidária e diversas atividades culturais. O evento foca na conscientização dos impactos do consumo no meio ambiente e incentiva os participantes a repensarem formas de consumir mais sustentáveis.

Durante o Grito dos Excluídos de Salvador no desfile de 7 de setembro, a CESOL e outras entidades estiveram presentes levantando a bandeira da economia solidária e representando o movimento.



Empreendimentos

Em Salvador são aproximadamente 120 empreendimentos de economia solidária associados ao CESOL. Os empreendimentos que sigam os princípios de economia solidária podem fazer parte do centro, para isso basta procurá-los e será dado todo o suporte para que o grupo (a partir de três pessoas) se associe (fazer parte do grupo de empreendedores) ou formalize.

Como o foco do CESOL se tornou a comercialização dos produtos, há um ano existia uma lojinha na Barra, mas hoje são duas grandes lojas em shoppings da cidade. A mais antiga é a do Salvador Norte, que tem um ano, e recentemente abriram uma unidade no Salvador Shopping. A loja funciona em escala de plantões, sem funcionários fixos. “Os grupos que fazem os produtos colocam para a venda sem nenhum custo e o próprio artesão é o funcionário da loja, ele que vende suas peças. Diariamente são oito pessoas fazendo o plantão”, explica Gilberto Almeida, técnico da CESOL e pedagogo, que há quatro anos deixou de dar aulas para trabalhar no centro.

A loja comercializa desde produtos mais simples como chaveiros, até roupas, quadros, mesas e outros objetos de decoração. Os artesãos decidem os preços das suas peças, mas devem ter a capacidade de pensar valores justos, por isso há um estudo de viabilidade de mercado junto com os técnicos. Além disso, há uma taxa de 20% em cima desse valor para a manutenção da loja, que é incluído no preço final.

Cerca de um ano atrás foram fechados dois centros públicos em Salvador, um em Sussuarana e outro nos Mares. Segundo Ana Coutinho, isso ocorreu porque as gestões não conseguiram manter financeiramente a estrutura. Após o fechamento da unidade de Sussuarana, vários empreendi-

mentos ficaram sem ter continuidade no processo de acompanhamento. “A equipe que estava lá em Sussuarana fez um trabalho excelente conosco, eles também nos treinaram para administrar lojas”, conta Ana. Por isso, 17 pessoas decidiram se reunir na gestão de uma nova loja com produtos dos seus empreendimentos, localizada no Centro Administrativo da Bahia (CAB). E fazem questão que a loja tenha a “cara do bairro”, diferente de lugares famosos como o Mercado Modelo que vende artesanato mas, segundo ela, não tem a cara dos artesãos do seu bairro e tantos outros.

Mais que um hobby

Ana Coutinho conheceu a economia solidária há quatro anos quando o centro foi instalado em seu bairro e se interessou pela proposta. Hoje é integrante do grupo Berimbau Artes e uma das pessoas que fazem a gestão da loja no CAB. “Vi a maneira diferente de pensar, a ideia de reaproveitamento das peças, pois sempre gostei de artesanato, mas o via como um hobby. Era

professora de aulas de reforço e hoje sustento meus três filhos com o que ganho dos meus produtos”, declara.

Conta que participar diretamente de projetos de economia solidária foi um momento muito importante em sua vida, pois sabe da exigência do mercado de trabalho e aos 40 anos a dificuldade para conseguir um emprego aumenta, por isso a atuação do CESOL foi fundamental para ela. Ana conclui: “Eles me fortaleceram como artesã e profissional, coisa que antes não achava que era possível. Digo que a economia solidária foi muito importante para a minha autoestima”.

“

Era professora de aulas de reforço e hoje sustento meus três filhos com o que ganho dos meus produtos

Ana Coutinho

”